

EDIÇÕES GAMA

Série C—LITERATURA

- 1—*Lagoa Escura* (contos), Hipólito Raposo, 1941.
- 2—*Calcanhar do Mundo* (romance), Vergílio Godinho, 1941.
- 3—*Descobrimo Ilhas Descobertas* (impressões de viagem), Hipólito Raposo, 1942.

A SEGUIR:

Herdade dos Castros (romance), Vergílio Godinho.

DESCOBRINDO ILHAS DESCOBERTAS

DO MESMO AVTOR:

COIMBRA DOVTORA (1910).
BOA GENTE (1911).
A EXPRESSÃO NO TEATRO (1912)—*Fora do mercado*.
LIVRO DE HORAS (1913).
SENTIDO DO HVMANISMO (1914)—*Esgotado*.
A QUESTÃO IBÉRICA—*A Língua e a Arte* (1916).
OVTR0 MVNDO (1917).
ANA MARIA (1918)—*Esgotado*.
CARAS E CORAÇÕES (1921)—*Esgotado*.
SEARA NOVA (1922).
ANA A KALVNGA—*Os filhos do mar* (1926)—*Esgotado*.
O BERÇO—*Drama da Serra* (1928).
VM SORRISO DE SANTO ANTÓNIO (1929).
DOIS NACIONALISMOS (1929).
A RECONQVISTA DAS LIBERDADES (1930)—*Esgotado*.
SANTO ANTÓNIO NO TEATRO PORTVGVÉS (1931).
PEDRAS PARA O TEMPLO (1933)—*Esgotado*.
FÔRÇA E BELEZA (1934).
AREIAS DE PORTVGAL (1935)—*Esgotado*.
A BEIRA BAIXA AO SERVIÇO DA NAÇÃO (1935).
AVLA RÉGIA (1936)—*Esgotado*.
PÁTRIA MORENA (1937).
DIREITO E DOVTORES NA SVCESSÃO FILIPINA (1938)
—*Fora do mercado*.
MVLHERES NA CONQVISTA E NAVEGAÇÃO (1938)
—*Fora do mercado*.
AMAR E SERVIR—*História & Doutrina* (1940)—*Esgotado*.
LAGOA ESCVRA (1941).
PAINÉIS QVINHENTISTAS DE SANTA CRVZ DA
GRACIOSA (1941).

A SEGVIR:

FÓLHAS DO MEV CADASTRO.
NOS CAMINHOS DA ESPERANÇA.
ESTÉTICA DA LÍNGVA PORTVGVESA.

DESCOBRINDO ÍLHAS DESCOBERTAS

poz Hipólito Raposo



edições gama - mcmxlii

PREÂMBULO

PREÂMBULO

Este livro não pretende dar novidades, nem levar ensinamentos, seja a quem fôr. Não tem sido norma da vida do autor oferecer as suas impressões por certezas, ou sair a campo com espingarda sem fecharia...

Num volume de notas de viagem, indesculpável pretensão seria tratar de simples ou complicados problemas de Insularismo, já postos em equação por competentes açorianistas que todos conhecemos e eu muito admiro. Tantos se me revelaram êles, de ilha para ilha, que não os nomeio aqui para evitar omissões, furtando-me a involuntária injustiça ou desprimor. Em monografias, teses, artigos, relatórios, desde a Geologia, Clima, Hidrologia, Agricultura, Fauna e Flora, até à História, à Genealogia, à Etnografia, à Literatura, à Poesia e à Música,

a vida económica, social e intelectual dos Açores está mais estudada do que a de qualquer das províncias do antigo Reino. A êsse convencimento fácilmente nos leva o exame da bibliografia do Açorianismo dos últimos cem anos (1). Por isso é que na fiel intenção do autor, estas páginas reduzem-se a um breve documentário de lembranças e observações, por alguns meses de surpresas e encantos, em que melhor foi aprendendo a conhecer Portugal e a admirar os Portugueses.

Ilhas Adjacentes, como quem diria anexas, contíguas ou fragmentos do mesmo todo, assim as vemos sempre encorporadas na Terra e no Sangue da Pátria nos diversos períodos da História. Para designar o Arquipélago, na identidade de natureza e destino de tôdas as suas terras, costumam os continentais dizer—*a ilha*, com desagrado de certos açorianos que em semelhante expressão e sua incerteza, julgavam depreciativo intento.

Nada mais injusto, quando se considera quem em tal sentido claramente se revela êsse lusitano instinto de unidade, que sempre foi a maior

(1) Vid. *Livro do Primeiro Congresso Açoriano*. Ed. da Casa dos Açores. Lisboa, 1940. É uma valiosa colecção de estudos, ordenados pela diligente dedicação do PROF. DR. ARMANDO NARCISO.

virtude para o vivo milagre da expansão portuguesa no mundo.

Adjacentes as Ilhas dos Açores (e da Madeira), por tal qualificação os nossos antepassados as consideraram próximas em distância, embora ontem e hoje pareçam afastadas dos cuidados de governos e do conhecimento da generalidade dos Portugueses.

A proximidade deu-lhes comunhão de afectos e de sangue; a distância permitiu que os tesouros de bons costumes e tradições mais guardados fôsem até hoje, testemunhando a integridade e pureza com que os povoadores para as Ilhas foram levando as vozes da alma que tinham, os humanos e cristãos sentimentos da sua criação e vida.

E pelos trabalhos e sacrificios da Conquista e Navegação, a gente da Ilha haveria de ter mais clara consciência da comunidade do destino universalista, embarcando em tôdas as rotas para alvissaras de descobrimento ou para testemunhos de naufrágio e perdição.

Naturalmente, mais do que os portugueses da Terra-Firme os açorianos eram homens do Mar, e por interêsse e amor, ao Mar ficariam votados para a vida ou para a morte.

Com o seu imediato povoamento pecuário e humano, nos dois arquipélagos adjacentes se

abriram as nossas primeiras escolas de colonização ultramarina.

As Ilhas viriam a dar aos povoadores e capitães a experiência, a destreza na luta com os elementos, a lei feita hábito no extremado esforço e sacrifício, primária condição de domínio de tantas terras e mares por um pequeno povo.

Talvez avistadas no regresso de alguma rota de África, por estas Ilhas pôde Portugal alargar os cuidados e capacidade da navegação litorânea e fluvial para a navegação atlântica ou do mar alto, transitando assim da fase da continentalidade da Era Afonsina para a oceanidade da Dinastia de Avis. Por tal destino, as Ilhas ficariam ligadas à empresa da exploração da Costa Africana, por onde se tentaram e fizeram os grandes caminhos para o descobrimento da Terra; por isso sempre elas serão lembradas e ninguém poderá apagar os seus nomes da História do Mundo, dentro do glorioso capítulo que Portugal escreveu nos séculos XV a XVII.

Estas ilhas foram encontradas em estado virginal, orvalhadas e frescas, revestidas de verdura, de flores, e havia séculos ou milénios saídas da forja cósmica em que tinham sido criadas e modeladas pelas forças da Natureza.

Com o sangue do povo, para as novas terras se havia de transferir a luta dos arroteadores de charnecas e pântanos, para se reafirmar

a tenacidade dos semeadores de centeio em lombas sáfaras, renovando-se também a esperança dos vinhateiros, pomareiros e pastores. Do Minho ao Algarve sempre eles foram (e ainda são) os dóceis instrumentos e as resignadas vítimas da avara sorte da vida rural portuguesa.

Cumprindo inspirações e ordens do Infante D. Henrique, há mais de cinco séculos que nas Ilhas se trabalha com os braços e o pensamento, desde os colonos que desembarcaram as ovelhas ribatejanas e construíram as primeiras cafuas, até aos mais altos valores do espírito (1).

O desbravar do mato, a luta com as repetidas destruições e a esterilidade vulcânica para o amanhã da terra, impuseram aqui a todos a realização do suplício de Sísifo: recomeçar.

No Reino, desde o Conde D. Henrique, continuou-se; nas Ilhas tudo principiou, como se o Homem recebesse de Deus em novo paraíso, o castigo de ganhar e comer o pão ainda com mais suor.

Êsses povoadores, muitos deles de bom sangue, partiram a fixar-se em terras estranhas, com difíceis e raras comunicações, até de ilha para ilha, como ainda hoje acontece, o que eleva

(1) URBANO DE MENDONÇA DIAS—*Literatos dos Açores*. Vila Franca do Campo, 1931.

a nossos olhos a capacidade das suas aptidões e o valor do seu sacrificio. Eles foram continuar para além do Mar, a obra do povoamento e valorização da terra que D. Afonso Henriques começara com os cruzados francos e flamengos, e até flamengas e francesas haviam de ser algumas das melhores famílias que vieram colonizar o Faial, a Terceira e São Miguel.

Dos casais colmados e térreos às casas telhadas, com sobrado e janelas de vidraça; das paredes nuas aos rebocos e pinturas; das igrejas aos castelos e casas nobres, é inexcedível a tenacidade portuguesa, grande e gloriosa a medida do seu esforço no meio do Oceano.

E dos calções de estamemha às calças compridas dos homens; das saias de lã fiada e tecida pelas mulheres, em casa, a rezar a coroa; do seu capote e capelo de feição reinol e moirisca, das toucas de tradição flamenga às modas importadas do Reino, e da América, por último—a vida social dos Açores foi-se traduzindo em luta de paciência, de vontade e de eficaz adaptação. Luta com a terra, com o mar, com o vento, com os vulcões, com os piratas, e até de vizinhos, uns com outros.

A natureza plutónica das Ilhas, ao primeiro aspecto revelada em numerosas caldeiras, os casos de actividade recente ou actual, sejam ou não sobrevivências da tragédia telúrica da cele-

brada Atlântida, suscitam lá, mais do que no Continente, a incerteza da vida. Na tradição histórica e religiosa dos Açores, as fatalidades sísmicas e os terrores do ignoto (*os mistérios*), as lembranças e os pesares (destruição de Vila Franca do Campo, Praia da Vitória, Horta, Graciosa), as súplicas e promessas a Deus e aos Santos que se perpetuam em festividades e procissões de penitência, testemunham a íntima simbiose do Homem e da Terra (*Homo, Humus...*), a aliança cantada por Castilho, quando há um século esteve emigrado na Ilha de São Miguel:

*Da terra saímos, à terra volvemos,
A terra nos veste, nos traz, nos mantém;
Quem mais do que a terra merece os extremos,
Que obtém dos filhos a pròvida mãe?*

Os povoadores e descendentes desembarcaram nas novas terras as promessas de nova flora e fauna, levando também nas cobertas dos navios as plantas úteis e decorativas, os animais domésticos e as aves canoras, para que a vida se pudesse por lá continuar em tudo semelhante à da terra-mãe nos seus recursos e encantos.

Mamíferos não havia naquelas ilhas, e de aves poucas espécies voavam e cantavam pelas

desertas solidões. Observando o que hoje essas terras ostentam em fertilidade do solo e galas da natureza, os insulanos portugueses bem podem honrar-se com o título de fecundos colaboradores na obra da Criação, e a justo título merece o maior reconhecimento histórico o Infante D. Henrique, príncipe no sonho e no comando, na virtude da fé e no poder da acção.

Tôdas as Ilhas lhe são fielmente agradecidas, o seu nome por lá marca, como sêlo de glória, ruas e praças principais; e nas conversas dos açorenses cultos, o filho de D. João I e de D. Filipa de Lencastre, por antonomásia é chamado—o Infante, como se outros ilustres infantes não houvesse, ou dêles pudesse a memória prescindir ⁽¹⁾.

*
* *
*

Logo nos primeiros contactos, os açorenses de velha cepa revelam-se gente morigerada, laboriosa, e de muito poupados e melancólicos fâcilmente são notados por quem lá chega para os ver.

⁽¹⁾ MANUEL VELHO ARRUDA — *Colecção de Documentos relativos ao descobrimento e povoamento dos Açores*. Ponta Delgada, 1932, págs. XXIV e seg.

Êles representam, melhor do que os continentais, a herança moral dos velhos povoadores, oriundos do Minho, da Beira, do Algarve e do Alentejo. São essas qualidades mantidas e revigoradas pela adversidade, que afirmam e distinguem os emigrantes açorianos nas Províncias de África, no Brasil e nos Estados-Unidos. Quási metade do sangue dos Açores trabalha e prolifera na América; muitos milhares de irmãos nossos ilhéus andam também pela Argentina e pelas ilhas do Pacífico, e em tal dispersão bem se patenteia a vocação universalista dos Portugueses.

Por todo o mundo vivem êles a trabalhar fora de cuidados e de protecção dos Governos, tendo partido sem recursos e levando apenas consigo os fôgos da alma, as devoções e bons costumes, a honradez e a inata disposição para o trabalho, os hábitos de sobriedade na comida e na bebida ⁽¹⁾.

Não participo da opinião de aquêles economistas que por nova atitude fisiocrática, ben-

⁽¹⁾ NUNO SIMÕES—*Portugueses no Mundo*. Lisboa, 1940; DANTE DE LAYTANO—*O Português de Açores na consolidação moral do Domínio Lusitano no extremo sul do Brasil*. Rio Grande do Sul—Pôrto Alegre. Brasil, 1940; *Livro do primeiro congresso açoriano*. Estudo do PROF. JORGE MONJARDINO, pág. 684 e seg.

dizem a emigração, tomando o nosso grande aumento demográfico por excesso de produção que, como tal, deve ser exportada, com o fim de obter lucros em países estrangeiros. Se muitos assim a tomam por benefício, quero eu considerá-la verdadeiro mal, talvez necessário, por agora, pois que por ela se aliena o sangue, primeira riqueza de Portugal.

Pelo que aos Açores respeita, para sustar este constante sangradouro (agora suspenso e com terríveis conseqüências), a muitos portugueses em que sempre me desejei incluir, ocorre o pensamento de procurar saber se nas Ilhas não poderia haver pão para mais gente, não só por maior valorização industrial dos produtos agrícolas e pecuários, como pelo aproveitamento dos baldios que por lá ainda ocupam grandes áreas de terreno arável.

E seriam a continuação, o digno complemento da obra de conquista da África pela civilização, as facilidades para a colonização branca dos planaltos de Angola, por onde muitos madeirenses e açorianos vivem em modestos casais, férteis e pacíficos, que eu lá tive ocasião e gosto de ver.

Em nenhum aspecto da vida portuguesa se deve perder o sentido da harmonia, da cooperação de esforços e recursos, da indivisibilidade de intentos, se com verdade e justiça quisermos

continuar a falar da unidade histórica da Pátria Portuguesa.

Devemos ter em vista a conformidade de costumes, de língua e de sentimentos, a caracterizar os portugueses de todo o mundo, no empenho de lhes manter a consciência da mesma origem e destino.

Aos poderes públicos estas e outras soluções julgo que poderão ser ainda apresentadas por qualquer cidadão, como bem intencionados alvitres e sem delito punível. Se há dificuldades a vencer, outras maiores se resolveram na vida secular da Nação, e para essas gloriosas empresas é que são predestinados os ministros e estadistas de talento e virtudes, com largo exercício do poder.

Por efeito da insularidade, primeiro, e também por conseqüência da emigração, não se encontrará terra portuguesa onde se vejam menos marcadas as distâncias sociais. Sem bombas nem tiros, longe de clamores vermelhos, parece que o equilíbrio se foi alcançando pela certeza da inevitável desigualdade humana e pela consciência dos valores e suas condições para a necessária hierarquia. Mal vai, quando esta se impõe à força, e não se reconhece, nem se aceita sem constrangimento, como ditame da natureza que em sociedade a todos nos agrupa para nos distinguir, desde que nascemos.

Para esta conformidade, em muito deverá também ter concorrido o espírito cristão pelos preceitos do Catecismo que habitualmente ainda imperam na consciência de muitos indivíduos de qualquer categoria sem formação religiosa.

Nas Ilhas em que entrei, algumas virtudes açorianas se me revelaram, mas os defeitos, êsses, são comuns a todos os Portugueses.

Também é certo que nos Açores não se produziu a onda anti-religiosa que a República trouxe nos seus triunfos da rua e dos clubes, há trinta anos.

Todos sabem que a descristianização de Portugal era tão essencial intento do novo regime que a Lei de Separação foi considerada angular e por muitos anos intangível, a par das chamadas leis de família e do divórcio que ainda aí subsistem e vigoram, por sôbre convênios e concordatas.

Assim, o chamado renascimento cristão de que por cá tanto agora se ufana a imprensa oficiosa pelos dados da estatística, êsse litúrgico alvorôço de procissões e missas campais, ainda não se reproduziu nas ilhas, talvez por não parecer tão necessária a reparação das ruínas nas almas.

A situação da vida religiosa insular deve poder comparar-se à que se observava na Metrópole, pelos fins do século passado e

princípios do presente: agnosticismo ou indiferença das pessoas chamadas cultas, em geral, prática consciente e também devocionismo miúdo, com alguma credence e superstição na gente do povo. Lá, como cá...

Não creio que na população insular se possam descobrir feições pessoais ou particularidades morais acentuadas, para que não se encontrem exemplos e modelos nas gentes do velho Portugal. A própria rivalidade dos grupos populacionais que no Continente ainda sobrevive nas rixas de aldeias vizinhas, com forte panca-daria nos arraiais, também revive nos mais lídimos açoreños, exaltando sempre os seus particularismos com português exagêro.

Primeiro, opposição entre o ilheu e o continental, depois suave despeito, ou aversão irónica, entre açorenses e madeirenses; a seguir, rivalidade de ilha para ilha, em beleza ou importância (S. Miguel—Terceira, Terceira—Faial); de povoação para povoação (Ponta Delgada—Ribeira Grande ou Vila Franca, Angra—Praia da Vitória, Santa Cruz da Graciosa—Vila da Praia, Calheta—Velas, Lages—Cais do Pico, etc.); e a substituir surdamente os velhos partidos, as opposições de clube para clube, de grupo para grupo, de família para família...

E é singular a verificação dêstes casos num povo que é o mais sociável e comunitário do

mundo e que oferece o histórico exemplo de perfeita unidade nos grandes lances do perigo ou do interesse nacional.

Por estranho paradoxo, parece que adestram as melhores energias em pequenas desavenças, em competições de vaidade, os que amanhã hão-de ver-se e gostosamente sentir-se unidos, à voz do dever mais alto.

Mas pelo caminho de oito séculos, sempre assim foram os Portugueses. . .

O açorianismo com as assinaladas diferenças entre a gente de cá e de lá, de que é costume fazer muito, mas viciado cabedal, provirá mais da terra do que do sangue. Nos Açores, o factor psicológico predominante é por força e por natureza, a insularidade, pois ela importa e impõe a sujeição do homem aos constantes limites da Terra. Êle bem os pode alcançar, mas nunca transpor, à medida dos seus desejos, sem se sentir exilado para além do Mar.

Para vencer tais fronteiras, já não são suficientes a vontade e os próprios meios, como quando na terra-firme um serrano abala a correr mundo, de cajado e sarrão às costas, sem têrmo para os seus passos.

A natureza do solo, as condições climatéricas que ocasionam especiais regimes agrícolas, determinaram também o afeiçoamento de particularidades de amanho e cultura em

que se exercitou durante séculos a experiência dos nossos irmãos ilhéus. Mas essa multiplicidade de processos e variedade de esforços também se exprime nos caracteres regionais da gente e da vida da Metrópole.

Na cultura da vinha, por exemplo, basta relembrar o que se passa no Minho e no Douro, para comparação do que observamos em Tôrres Vedras e no Cartaxo. Em verdade, por cá também, como nas Ilhas, não se ostentam caprichos, obedece-se às necessidades da natureza e na adaptação do homem a diversas condições de solo e exigências de clima.

Na capacidade de acomodação, pertinz aqui, carinhosa além, é que se afirma com inteligência a índole portuguesa, a que não vale a pena chamar continental ou insular, perdendo-se um conceito único pela simples consideração de aspectos accidentais.

Assim, os emigrantes açorianos levam, ao partir, alta escola de luta e bons hábitos de economia, para que, com tais reservas físicas e morais, possam ver compensados pelo triunfo os seus labores. Desnaturalizam-se muitos dêles, é triste verdade a reconhecer, mas outros voltam ao lar com pecúlio bem ganhado, para exemplo de parentes e conhecidos que também anseiam por embarcar, em busca de melhor sorte.

Pelo que respeita à língua e seu carácter distintivo de povos, nos Açores encontramos variedades dialectais no mesmo grau em que se manifestam no Portugal continental, tanto na ortoepia, como na morfologia e sintaxe. A mutação prosódica do fonema *a* em *o* (*cunhado* = *cunhódo*), especialmente sensível em São Miguel, encontra-se no sub-dialecto beirão de Niza e Castelo Branco. O próprio *u* molhado que nos Açores se atribuiu a influência de colonos franceses, também se surpreende nos arcaicos falares de algumas regiões continentais.

Em muitos casos, a surpresa causada pelas palavras provém da lexical penúria dos observadores. Nas Ilhas vivem vocábulos que nós, os provincianos, conhecemos e proferimos correntemente, mas que os lisboetas não empregam; e subsistem ainda têrmos clássicos ou formas antiquadas que por lá se mantiveram até hoje, como acontece ainda mais nas Províncias Ultramarinas.

Assim, pelas distâncias, a linguagem foi menos deformada pelos jornais, pela pedantaria do estrangeirismo morfológico e de constru-

ção. Viajantes só conhecedores do vocabulário das redacções, tem de encontrar estranheza em tôda a fala que não seja o verbalismo das suas limitadas exigências de expressão, a xaropada das trivialidades e do calão que se serve nas conferências e nos teatros.

Os vocábulos *canada*, *poial*, *bordão*, por exemplo, de uso geral e corrente nos Açores, não são conhecidos da maioria dos visitantes, ou não compreendidos no significado próprio.

Por quasi tôdas as ilhas, a fala é entoada, como se nela dominasse um vivo instinto de canto do longe, ou na linguagem se traduzisse o eterno alvoroço do mar. A sua semântica não oferece grandes mistérios e fácil é encontrar e reconhecer a razão das variações no significado das palavras (1).

Os açorenses, geralmente dotados de bom ouvido musical, até há pouco viveram sem a lepra do fado e sem guitarras, mantendo-se

(1) Contaram-me que no Corvo, por exemplo, ainda dizem *mamar o leite* o acto de esguichá-lo para a bôca, porque em tempos as pessoas o absorviam dos úberes das vacas e das cabras, como fazem os vitelos e cabritos. Mas não é preciso ir tão longe para surpreender e admirar a prática de tal costume: nas faldas da minha Gardunha natal muitas vezes vi pessoas a mamar o leite das cabras. Com as crianças pobres a quem faltou a mãe, ainda êsse recurso é freqüente em muitas aldeias.

fiéis à velha viola; mas já as musicatas das revistas de Lisboa vão ameaçando o domínio das antigas canções insulares, o fado difunde-se diariamente pela telefonia, em prejuízo dessas canções dançadas, a *Charamba*, a *Tirana*, a *Fôfa*, a *Chama-rita*, o *Pezinho*, os *Olhos Negros*, a *Sapateia* e outras de pronunciado açorismo.

Em todo êste pequeno e disperso mundo do Arquipélago, os erros de apreciação das qualidades e defeitos dos portugueses-ilheus provêm da pouca atenção consagrada ao seu estudo. Certos escritores e viajantes demoram-se ainda menos a observar do que a escrever livros; outros são provocados pela tentação de generalizar casos individuais e pelo mau sestro de descobrir estranhos mistérios psicológicos em portugueses como nós, do mesmo barro e do mesmo sangue. Se é certo que um só elemento não pode diferenciar a fisionomia das nações, também na gestação e expansão delas é natural que da convergência de alguns caracteres provenha a verdadeira expressão do todo nacional, resultando da solidarização dêles a individualidade do conjunto.

Assim recaímos no eterno conceito da unidade na variedade, de que muito acertadamente se pagavam velhos filósofos.

Pelo que ao caso português respeita, a nossa vida histórica exemplifica com rigor tal princí-

pio: a portugalidade renasce e amplia-se em açorinidade, em brasilidade, em africanidade, em orientalidade. Em cada uma destas projecções bem se distingue o essencial do accidental, o comum do próprio, a unidade da variedade.

Sem embargo dessa verificação, nota-se maior distância, por exemplo, entre o minhoto de Esposende e o alentejano de Castro-Verde do que existe entre um homem da Ericeira e outro da Vila do Pôrto, em Santa Maria.

Não reconhecer a lição dêstes factos seria negar a grande e complexa realidade humana e social do Povo Português.

Na Madeira, nos Açores, na África, no Oriente e no Brasil, em tôdas as colónias de Portugueses em terra alheia, pode Portugal rever-se no corpo e alma dos seus filhos, por lá se lhe oferece o fiel espelho de si mesmo, o fragmentado espelho das seis províncias do velho Reino.

*
* * *

Não é necessária grande permanência nos Açores, para ouvir duras queixas e directamente reconhecer as oposições de interesses, a ineficácia das normas administrativas e os caprichos aduaneiros nas relações de distrito para

distrito, de ilha para ilha e até dentro de cada uma delas.

Durante longos decénios, nos jornais e tribunas políticas, clamou-se contra estas tristes realidades que provinham, dizia-se, da falta de interesse, do verdadeiro abandono pela Metrópole votado a estas nove ilhas de que os governos só queriam os votos e os impostos.

Assistimos ao desenvolvimento de um andaço de açorite, e bastante aguda. . .

Por então, na autonomia administrativa se punha a segura esperança de remédio e até a risonha perspectiva de novo paraíso terreal.

Os Açores eram ricos, não deveriam oferecer quadros de miséria, nem viver com dificuldades na sua administração, vendo tolhidas as mais legítimas aspirações de bem-estar e prosperidade. Veio há anos a autonomia—talvez não a que os açorenses sonharam—mas dos males deplorados, uns ainda não se mostram a caminho da cura, e outros até parecem profundamente agravados.

Contra a autonomia decretada por altas inspirações teóricas, já protestam os interesses feridos, permanece o desconcerto, vai levando o descontentamento que amanhã poderá vir a ser protesto clamoroso.

A simples observação da vida insular, bem confirmada por qualquer estatística, logo nos

ensina que os Açores possuem de seu o pão, a carne, os lacticínios, o vinho, os legumes, as hortaliças e a fruta, o açúcar e as conservas. Alguns destes produtos têm-nos superabundantes e da melhor qualidade.

A doçura e a umidade do clima permitem-lhes o privilégio de colher e saborear frutos europeus e tropicais.

Para boa e sãdia alimentação, falta-lhes o azeite que suprem pela gordura, e o arroz que não poderão lá cultivar.

Consideradas no seu conjunto, as nove ilhas constituem uma bem provida unidade económica, com auto-suficiência agrícola, sendo-lhe ainda favorável a balança da exportação de riquezas da terra e do mar para aquisição de produtos da indústria (tecidos, louças, ferros e maquinaria).

Reconhecidas estas certezas, já não se compreende que numas ilhas, até do mesmo distrito, abundem produtos de que nas outras há mingua, enredando-se a vida económica em complicações e conflitos de interesses que não podem sempre classificar-se de claros e legítimos.

Assim, facilmente nos convencemos de que há por lá autoridades a mais e providência de menos, muitas leis e pouca justiça na distribuição dos cómodos e dos incómodos.

Muitos têm sido os apóstolos oriundos da Terra-Firme, que por aquelas ilhas andaram prégando o seu evangelho de redenção. Por singular coincidência, por lá pensaram e falaram os três fundadores do Romantismo: os moços Garret e Herculano entre os voluntários da Liberdade, e o desditoso Castilho que em São Miguel anunciou e quis praticar a felicidade pela Agricultura. E de todos três, o Cego foi o único que soube ver o direito caminho.

Variadas e insignes têm sido as competências dos filhos dos Açores que trabalharam à procura de soluções de bem-estar e muitos fecharam os olhos ao mundo, nêles levando a luz dos seus sonhos.

Se os Açores são um grupo económico em que as ilhas nas produções se completam umas às outras, sugerindo por evidência da própria natureza, o bem ordenado processo da permuta, parece que a essa unidade económica deveria corresponder a unidade administrativa, velando por todo o Arquipélago uma só providência.

Subordinando falsas primasias, inúteis competições e particulares interesses a um alto critério de coordenação de valores, seria a salvação do Povo a lei das leis, a lei suprema a ditar e a cumprir.

Houve um período em que assim se compreenderam os interesses materiais dos Açores,

e essa tendência de unificação administrativa documenta-a o real Decreto que se transcreve:

Por quanto as Ilhas dos Açores, adjacentes a estes Reinos, formando huma parte delles tão consideravel, e sendo por isso, por si, e pelos distinctos Vassallos que nellas tem as suas Casas, tão acreedoras á Minha Real Providencia, como o forão ás dos Senhores Reis Meus Predecessores, todas e cada huma das Provincias, não só destes mesmos Reinos, mas ainda dos Meus Dominios Ultramarinos, para nellas crearem Governadores e Capitães Generaes, que presidissem com a devida authoridade aos Governos Politico, Civil, Militar: Sou servido crear para as sobreditas Ilhas hum Governador e Capitão General com as jurisdicções declaradas no Regimento que lhe tenho mandado expedir, para se regular, vencendo de Ordenado dous Contos e quatrocentos mil reis cada anno, pagos aos quarteis. O Conselho da Fazenda o tenha assim entendido e o faça executar pelo que lhe tocar. Palácio de Nossa Senhora da Ajuda, a 2 de Agosto de 1766.

Dirigida a D. Antão de Almada, já nomeado Governador e Capitão General das Ilhas dos Açores, é a carta régia da mesma data, refe-

rendada pelo conde de Oeiras, com as instruções complementares do Regimento que também lhe fôra dado antes de partir para Angra, capital do Arquipélago.

Poderíamos hoje chamar a êsse diploma a Carta Orgânica da Província dos Açores, porque nela se estabelecem as bases, se declaram os preceitos e as normas práticas, às vezes de minudência regulamentar, a que deveriam obedecer a acção política e o govêrno do Capitão General.

À dispersão dos serviços, à desordem e conflitos ocasionados por abusivos privilégios ainda chamados dos donatários, succede, ao menos teòricamente, um regime de legalidade, de firmeza, de providência, com que há perto de duzentos anos se procurava corrigir erros, alguns dos quais ainda hoje subsistem.

Às largas atribuições da sua jurisdição ordenam-se providências relativas à gente açórica, para lhe dar preferêcia nos cargos civis e eclesiásticos, para impedir a *extraordinária deserção com que se tem despovoado as referidas Ilhas*, para evitar o alistamento de marítimos em barcos estrangeiros com prejuizo da navegação nacional.

No que respeita à Economia, ali se lêem instruções para o levantamento das plantas topográficas das Ilhas, com as culturas existentes e

as possíveis pela natureza do solo; indicações para o regime das correntes de água, determinações para o comércio dos frutos, sôbre criação de gado, serviços de estatística, extinção da moeda castelhana, ainda corrente desde o tempo dos Filipes, sôbre a moralização das alfândegas, sôbre direitos da Fazenda Real nos impostos e produtos, e até sôbre a urbanização de Angra, cidade capital.

De todo êste vasto plano administrativo, importa distinguir a providência relativa à venda do trigo em regime de monopólios nas ilhas, *com que em muitas dellas estão os moradores das terras morrendo de fome, e clamando pelas ruas com os saccos vasis sobre as costas sem haver quem lhes venda hum alqueire de pão, ao mesmo tempo em que estão vendo Navios carregados de Trigos promptos a sahir dos seus Portos...*

Como no Reino, o remédio era a criação do *Terreiro ou Celeiro commum, como o de Lisboa nas classes que forem dos Regulares expulsos, chamados Jesuitas* (1).

(1) Por 1800, com perfeito sentido do bem-comum nacional, pela unidade económica, JOSÉ ACÚRSIO DAS NEVES escrevia:

**Persuadem pois os principios geraes, que deve ser illimitada nas Ilhas dos Açores a Liberdade do Commer-*

A êstes cuidados acrescentavam-se os da defesa geral dos Açores por um Estabelecimento de Infantaria e de Artilharia a guarnecer o Castelo de São João Baptista da Ilha Terceira, a que ficariam subordinadas as outras fortalezas, e, por último, a exigência de visita a tôdas as Ilhas pelo governador e a apresentação do seu relatório anual.

Por certo, nas *úteis Ilhas Terceiras vulgarmente chamadas dos Açores*, como diz o referido diploma ⁽¹⁾, o govêrno de D. Antão de Almada não se revelou exemplar: passados três anos era-lhe dirigida uma Carta Régia a censurá-lo àsperamente, por ter querido anular

cio dos grãos, mas insta huma rasão particular, para que ella seja restringida ao commercio com a Metropole, muito mais porque essa mesma Metropole não tendo no seo proprio país segura a Subsistencia dos seos habitantes, perciza de receber grão estrangeiro.»

Vid. *Memória Económico-Política sôbre a liberdade do comércio dos grãos com a sua aplicação às Ilhas dos Açores*, por JOSÉ ACÚRSIO DAS NEVES. Guimarães, 1941. Com um estudo de FERNANDO DE AGUIAR. § XXXI, pág. 21.

⁽¹⁾ A expressão *Ilhas Terceiras* para designar os Açores, parece de origem castelhana e até ao século XIX estranhamente perdurou. Julgo corresponder com mais freqüência, ao grupo central do Arquipélago.

Vid. *História General de España...* por el PADRE MARIANA, 8, Madrid, 1849, Tom. III, pág. 577 e segs.: D. FRANCISCO MANUEL DE MELO—*Primeira Parte das Car-*

com uma portaria a sentença do juiz de Ponta Delgada num pleito de herança, grave caso submetido à consulta do Desembargo do Paço.

Não é para apreciar aqui êste capítulo da administração do futuro marquês de Pombal, quanto à execução que teve o seu pensamento de unificar o govêrno dos Açores, já com os antecedentes do govêrno geral do Arquipélago durante a usurpação filipina e após a Restauração.

O que importa ao meu modesto intento é fixar a doutrina que enuncia e preconiza a letra morta dêstes diplomas reais.

Façam os açorianos cultos o seu exame de consciência histórica, para julgar dos benefícios trazidos ao Arquipélago pela fragmentação em distritos, decretada pelo Constitucionalismo.

Lembrem-se também de que em períodos de guerra ou de extrema gravidade, sempre renasce a magistratura dos Comissariados, e embora de efêmera duração, por ela prática-

tas Familiares. Roma, MDCLXIV. Carta C; PADRE ANTÓNIO CORDEIRO—*História Insulana*, Lisboa, 1717, pág. 241; CARDEAL SARAIVA—*Obras Completas*, Tom. V, pág. 172; Tom. X, pág. 328.

mente se afirma o reconhecimento de uma realidade e de uma alta conveniência colectiva.

A verdadeira necessidade inspirara um legislador, e por certo não viria a ser benéfico o desprezo do seu pensamento, em obediência ao desvairo de se destruir tudo quanto de boa construção viera do antigo regime até aos tempos da Liberdade.

E por mais um instante, suspendam-se as censuras, os desdêns de açorenses e de açorianistas cultos, amigos e desconhecidos dêste sonhador, porque em tais idéias também êle modernamente não oferece novidade, e assim nem de atrevimento de continental por ninguém poderá ser argüido com justiça.

Depois de afirmar a unidade geográfica, a uniformidade étnica pela raça, língua, tradições e maneiras, sem embargo das pequenas distinções reconhecíveis nos habitantes de ilha para ilha, assim se exprime um escritor açoriano:

«Ora é curioso que, quando o homem do continente, que nos governa, nos quiere reconhecer essa unidade, que nos devia agradar, porque nos dá fôrça, nós recusamos o favor e declaramos que não há tal açorianos: há micaelenses, terceirenses e faialenses, com seus

agregados, marienses; graciosenses, jorgenses, picarotos, florentinos e corvinos.»

E mais adiante acrescenta:

«Que cada distrito insular trate dos seus interesses particulares naquilo em que êles têm um carácter nitidamente local, e em que podem, inclusivamente, brigar com os dos outros distritos, está muito bem. Mas que se ignore a existência de um interesse colectivo açoriano, filho da nossa situação excêntrica e que só pode ter como apoio a nossa união numa província administrativamente organizada, é inadmissível.»

Depois, desenvolvendo o seu pensamento pelos diversos aspectos da vida económica e social do Arquipélago, assim conclui o ilustre açorense de quem continuo a ser apenas fiel transcritor:

«O que é difícil — admitamos — é realizar essa unidade açoriana, sem que se façam ressurgir pruridos de hegemonia de uma ilha ou um distrito. Mas então confessemos francamente: reconhecemos a existência de uns Açores unos e indivisíveis; o que não sabemos ou não podemos é achar ou impor a fórmula

que há-de dar corpo a essa união, de modo que sejamos, cá dentro, micalenses, corvinos ou faialenses, mas simplesmente ilheus perante os trasmontanos, os beirões ou os algarvios, sem deixarmos de ser bons e leais portugueses, como sempre, em presença de espanhóis, franceses ou americanos» (1).

Nada mais tenho a dizer senão que aos açorenses compete serem os principais obreiros do seu próprio bem-estar ou da sua felicidade, se ela ainda é possível neste mundo de negras sombras.

Um dia contaram-me que os vigários do Corvo, presidentes das assembleias eleitorais da Vila em que nenhum cidadão perdia tempo a lançar na urna as listas ou boletins, redigiam a respectiva acta de maneira que pela

(1) CORONEL JOSÉ AGOSTINHO—*A Provincia dos Açores*, art. in *Insula*, n.os 7 e 8, Julho e Agosto de 1932 (Ponta Delgada). Em carta para Maria de Medicis, rainha de França, a pedir socorro para a causa do Prior do Crato e da liberdade do Reino, escrevia de Angra em 1581 o heróico e leal português, Ciprião de Figueiredo:

«...em negocio delRei Dom Antonio cujo vassalo sou, e o estou servindo nesta provincia das ilhas dos Açores...» A. VIRGINIO BAPTISTA—*Os Açores e o Rei D. Antonio Prior do Crato*—1580-1583. Barcelos, MCMXXXII, pág. 148.

aritmética da soberania do povo, fôsse sempre atribuído um voto de maioria ao partido do govêrno.

Salutar filosofia política professavam êstes pastores de almas, instituindo uma piedosa ficção para inutilizar os perniciosos efeitos do partidarismo inflamado em ódio.

Por êsse intuitivo processo de harmonia de governados e governantes, foram os vigários mantendo na sua ilha a unidade política, essencial condição da paz e concórdia nas famílias da freguesia...

Se é verdadeiro o caso, aqui o tomo para exemplo e lição do que às demais ilhas importa: procurar a unificação de esforços e de aspirações, requerendo ao govêrno da Nação um homem experimentado e justo que as nove ilhas governe, para maior bem de tôdas e de cada uma delas.

E até será inteiramente dispensável a fraude do voto de maioria, contado e concedido pela astúcia corvina...

*
* *

Dá minha passagem e contemplação por terras dos Açores, fui juntando fôlhas escritas nos forçados vagares de uns meses de saúda-

des. Sem emprêgo de cuidados úteis, longe de livros, assim alimentava a ilusão de não perder o tempo. Com êsses papéis se formou um caderno de lembranças da boa terra e da boa gente açoriana.

Relendo agora com desgosto êste portulano literário, antes de desembarcar deveria tê-lo deitado à água pela amurada, como no têrmo das viagens se faz aos objectos inúteis e aos ramalhetes murchos, já sem côr e sem perfume.

Não o fiz então, para poder guardar do que vi, ouvi e sonhei alguma notícia de novos passos na caminhada do mesmo desígnio, sempre a consumir-me por ciladas, cadeias e destellos da vida oficial e do próprio lar. Para a realização da Restauração Portuguesa, em algum dia poucos eram os semeadores na terra de cardos e de pedras; mas tantos foram os ceifeiros, gratuitos beneficiários da palha e do grão, que no tumulto já se perde a lembrança dos extremados esforços em que a liberdade se perdia, e a vida tantas vezes debaixo de fogo se ofertava em sacrificio pela Pátria ultrajada. Mais uma vez se confirma a verdade do adágio evangélico:

Alius est qui seminat, et alius qui metit...

Nesta amarga provação, obscuramente ia perdendo os dias e as noites, sofrendo de nova sanção imposta a inalterável conduta de cidadania, pela qual o duro dever nacional, sempre

cumprido, jamais me dera azo a glória que não ambiciono, nem a vanglória que detesto.

E se por tudo o que dito é, com disposição de amar e desejo de bem servir, houver de nascer justa razão de queixa, ou vingadora censura de açorianos, muito repêso dos meus anelos, antecipadamente aqui exoro a clemência do julgador:

—Desculpe, senhor mestre: para a outra vez não torno...

Com tão úteis prevenções, já o amigo leitor se habilita a evitar percorrer, ou a rasgar as páginas dêste volume, se na sua leitura não quiser perder as horas por mim consumidas a escrevê-lo.

Não sendo digno de o considerar oferta votiva à inteligência dos bons amigos açorianos, por testemunho da minha gratidão ainda espero que o malfadado livro êles possam aceitar, embora com os defeitos de trivial diário, desprezencioso comentário e feliz recordatório...

Novembro de 1941.

H. R.